

# O Arquivo Nacional do Brasil e os arquivos da comunidade de países de língua portuguesa: relações com o universo digital

**Mariane Costa Pinto** Arquivo Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil  
Ciência da Informação, Universidade de Coimbra, Portugal  
<https://orcid.org/0000-0001-5059-7157>  
[marianecpinto@hotmail.com](mailto:marianecpinto@hotmail.com)

**Resumo** O artigo trata das iniciativas e novas formas de interação e acesso em ambiente digital do Arquivo Nacional do Brasil. Tem por objetivo apresentar como a instituição se insere no contexto das humanidades digitais, contextualizá-la no universo dos arquivos nacionais de língua portuguesa e apresentar seus recursos digitais, que aperfeiçoam a experiência de navegação em seu sítio eletrônico. A elaboração do trabalho, de abordagem qualitativa, acontece por observação e comparação com outros arquivos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Criado em 1838, o Arquivo Nacional brasileiro tem como finalidade a gestão, o recolhimento, o processamento técnico, a preservação e a divulgação do património documental brasileiro. As novas tecnologias e as novas mídias mudaram a maneira na qual as instituições de memória e as áreas das ciências sociais e humanas desenvolvem seus trabalhos. Com a implantação e diversificação dos serviços e produtos, pretende-se comprovar que a instituição se destaca entre os arquivos de língua portuguesa, o que pode torná-lo referência.

**Palavras-chave** Arquivo Nacional - Brasil. Humanidades digitais. Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Arquivos de língua portuguesa.

## The National Archive of Brazil and the archives of the portuguese language country community: relations with the digital universe

**Abstract** The article deals with initiatives and new forms of interaction and access in digital environment of the National Archives of Brazil. It aims to present how the institution fits into the context of the digital humanities, contextualize it in the universe of portuguese language national archives and present its digital resources, which enhance the browsing experience on its website. The elaboration of the work, with qualitative approach, happens by observation and comparison with other archives of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP). Created in 1838, the Brazilian National Archives aims at the management, collection, technical processing, preservation and dissemination of the Brazilian documentary heritage. New technologies and new media have changed the way institutions of memory and the social and human sciences areas develop their work. With the implementation and diversification of services and products, it is intended to prove that the institution stands out among the portuguese language archives, which can make it a reference.

**Keywords** National Archives - Brazil. Digital humanities. Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP). Portuguese Language Archives.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 13/04/2020  
Aprovado em 20/06/2020  
Publicado em 01/01/2021

## 1 INTRODUÇÃO

Não há como pensar em acesso à informação nos dias atuais sem considerar a *internet*. A proliferação de ferramentas em ambientes digitais trouxe para as humanidades e as instituições de memória uma nova forma de interação, conhecida como humanidades digitais.

Consideram-se humanidades digitais as novas interações e experiências causadas pelo impacto das novas tecnologias nas áreas de ciências sociais e humanas. Entretanto, é um tema de ampla discussão e diversas definições. De acordo com Alves (2016), o termo teria sido inicialmente utilizado por um professor universitário americano, John Unsworth, em 2002, mas foi a partir do livro *Companion to Digital Humanities*, de 2004, que se tornou popular por abranger outros conceitos, como: “Computação para as Humanidades, Informática Aplicada à História, Linguística Computacional, Patrimônio e Computação, Arte Digital, entre outras” (ALVES, 2016, p. 91).

Guerreiro e Borbinha (2014, p. 64) afirmam que, “em termos genéricos, as Humanidades Digitais englobam o conjunto de pesquisas e experiências que visam facilitar a utilização dos recursos digitais no âmbito das ciências sociais e humanas, tornando-os mais intuitivos e acessíveis”.

A medida que estos cambios están siendo asimilados por investigadores de humanidades el indiscutible impacto social de este fenómeno está modificando significativamente las ciencias sociales y las humanidades, las cuales viven ciencias sociales y las humanidades, las cuales viven un tiempo de redefinición, cuestionamiento y puesta en valor en un contexto social cada vez más hiperconectado. (ALONSO-ARÉVALO; VÁSQUEZ, 2016, p. 51).

As humanidades compreendem áreas nas quais as pesquisas são em grande parte subjetivas, e a especificidade deste universo dá importância ao estudo da qualidade e das novas possibilidades de investigação neste contexto, de cunho qualitativo, e que engloba artes, história, educação, filosofia, ciências sociais, entre outras ciências abundantemente abstratas (OLIVEIRA; MARTINS, 2017).

Incentivadora da ampliação de alcance da produção científica, por meio da conjugação de investigação em humanidades com a preservação da tradição, aliada a manutenção de sua complexidade, análise crítica e interpretação com o auxílio dos mecanismos e processos de acesso atuais (GUERREIRO; BORBINHA, 2014) as humanidades digitais vem impactando a prestação de serviços das instituições de memória, e não é diferente para os Arquivos Nacionais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A CPLP, criada em 17 de julho de 1996, busca a cooperação entre os países de língua portuguesa e a integração cultural de seus povos. Neste âmbito, diversos programas e projetos são compartilhados e podem servir de inspiração entre os Estados-membros da comunidade.

Inaugurado em 1838, o Arquivo Nacional brasileiro tem como finalidade a gestão, o recolhimento, o tratamento técnico, a preservação e a divulgação do patrimônio documental do país, além de garantir o “pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural” (ARQUIVO NACIONAL, 2020, não paginado).

Como parte da modernização dos seus serviços, a instituição adota, ao longo dos anos, diferentes formas de acesso, difusão e interação de seu acervo com os utilizadores no seu sítio eletrônico. A princípio, com a criação de bancos de dados e de um programa de digitalização dos documentos, *a posteriori*, com a produção de diferentes páginas, inserção em redes sociais e inauguração de exposições digitais.

Este artigo apresenta as iniciativas que contemplam esta relação entre o meio tecnológico e o humanístico tradicional de pesquisa do Arquivo Nacional do Brasil, a maior instituição arquivística da América Latina, e único representante da América na CPLP que tem como integrantes: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Trata das iniciativas e novas formas de interação e acesso em ambiente digital do Arquivo brasileiro e formulou-se a pergunta de partida: *“Como o Arquivo Nacional do Brasil se insere no contexto das humanidades digitais?”*.

A elaboração do trabalho acontece por observação e comparação (MARCONI; LAKATOS, 2003) com outros arquivos de língua portuguesa e visa afirmar: Se o Arquivo Nacional brasileiro atualiza as formas de acesso e difusão do acervo, então faz parte do contexto das humanidades digitais.

Seu objetivo é apresentar as iniciativas do Arquivo Nacional brasileiro em humanidades digitais, contextualizando o Arquivo Nacional brasileiro no universo dos arquivos nacionais de língua portuguesa que inseriram seus serviços nas humanidades digitais e apresentando os recursos digitais Arquivo Nacional do Brasil que aperfeiçoam a experiência de navegação em seu sítio eletrônico.

Para isso, optou-se pela realização de um estudo de caso na instituição de abordagem qualitativa. Esta decisão foi tomada por ser considerada essencial para o panorama que se deseja apresentar.

A investigação de campo tem por finalidade “desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do investigador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma investigação futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 188).

De acordo com Yin (2001), existe um protocolo para a realização de estudos de caso que deve ser seguido e que inclui: visão geral do projeto do estudo, com questões relevantes ao processo e leitura de material relevante para a execução da atividade; procedimentos do campo; questões do estudo de caso, com a organização da recolha de dados e guia para o relatório do estudo de caso, com todas as especificações bibliográficas necessárias.

Para responder a estes componentes, este estudo tem o Arquivo Nacional do Brasil, a principal instituição arquivística da América Latina, cujo acervo possui um número relevante de acessos mensais como universo e utiliza como amostra as páginas e sistemas de acesso aos documentos e interação com o acervo. Além disso, apresenta-se um panorama das humanidades digitais nos arquivos nacionais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

## 2 A EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL

O Arquivo Nacional brasileiro é uma instituição subordinada ao Ministério da Justiça e responsável pelo Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA) da administração pública federal. A sede fica no Rio de Janeiro e há a Regional do Distrito Federal, em Brasília.

A sua finalidade é a gestão, o recolhimento, o tratamento técnico, a preservação e a divulgação do património documental arquivístico do país, com garantia do pleno acesso à informação, que visa apoiar as decisões governamentais de carácter político-administrativo, assegurar ao cidadão a defesa de seus direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural. Além disso, implementa e acompanha a Política Nacional de Arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) (ARQUIVO NACIONAL, 2020).

A origem do Arquivo Nacional remonta a 1838, quando surgiu o Arquivo Público do Império e guardava os documentos públicos em três seções: “Administrativa, responsável pelos documentos dos poderes Executivo e Moderador; Legislativa, incumbida da guarda dos documentos produzidos pelo Poder Legislativo, e Histórica” (LUCENA, 2016, não paginado).

A partir dos anos 1990, no intuito de adotar políticas que garantissem a preservação do patrimônio documental brasileiro e uma política nacional para arquivos públicos e privados, foi decretada a lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispôs sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

Em 1994, surgiu o CONARQ, órgão que possui vínculo com o Arquivo Nacional e tem como uma de suas competências definir normas gerais e estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos, levando em consideração a inserção das novas tecnologias para organização e acesso e, então, começou a integração, organização e modernização das instituições arquivísticas brasileiras.

Principalmente a partir dos anos 2000, a instituição começou a produzir e participar de iniciativas que impactam sua relação com a sociedade nestes novos tempos, nos quais o acesso tradicional vem sendo substituído por novos ambientes e interações. Destaca-se: a criação de eventos como RECine - Festival Internacional de Cinema de Arquivo em 2002, substituído pelo Arquivo em Cartaz - Festival Internacional de Cinema de Arquivo em 2015; instalação do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), principal base de dados da instituição no ano de 2004; lançamento do portal O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira também em 2004; elaboração pelo CONARQ da Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro em 2005; aprovação do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-Arq Brasil) em 2006; adesão ao projeto InterPARES - International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos) em 2007; publicação da lei nº 12.527, de 18 de novembro, conhecida como "Lei de Acesso à Informação" (BRASIL, 2011); realização, em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa, da Semana Nacional de Arquivos (SNA), com eventos em mais de 150 instituições por todo o país, com o objetivo de ampliar a visibilidade dos arquivos e o seu reconhecimento como equipamento cultural em 2017; inserção nas redes sociais também em 2017; lançamento do sítio Que República é essa? - Portal Estudos do Brasil Republicano em 2018, entre outras, descritas a seguir (ARQUIVO NACIONAL, 2020).

## 2.1 SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN)

O SIAN é a principal base de dados da instituição e está dividida em dois módulos: Multinível (Fundos e coleções) e MAPA (Memória da Administração Pública).

No módulo Multinível, o utilizador pode ter um panorama de grande parte do acervo custodiado pela instituição. Além disso, neste sistema é possível receber informações sobre outras bases e instrumentos de investigação presentes no Arquivo. Neste módulo, constam cerca de novecentos fundos, sendo possível pesquisá-los por níveis e verificar a sua organização até ao item documental (ARQUIVO NACIONAL, 2020).

Ademais, neste módulo pode realizar-se a procura por “pesquisa livre” - que recupera a informação por meio de uma palavra, que pode constar em qualquer campo da descrição, ou por “pesquisa avançada” – na qual o utilizador pode restringir a sua pesquisa a um campo específico, tal como: assunto, datas, indicação de responsabilidade, âmbito e conteúdo, entre outros.

O módulo seguinte, MAPA, trata-se de um registo sobre atos legais, como decretos e portarias, entre os séculos XIX e XXI, que “criaram, extinguiram, transformaram, organizaram e reorganizaram a estrutura e o funcionamento de órgãos da administração central e da administração pública federal” (CANAL SAÚDE, 2017, não paginado). Desta forma, torna-se fonte para auxiliar na identificação de acervo mais pertinente para uma determinada investigação (ARQUIVO NACIONAL, 2020).

O sistema oferece a possibilidade de explorar o acervo da instituição nos cinco níveis de organização arquivística: fundo, secção, série, processo e item. Nele, pode investigar-se por mapas, plantas, fotografias, objetos, discos, fitas, filmes, cartazes, desenhos, entre outros formatos, descritos na metodologia multinível.

De acordo com SIAN, nesta modalidade, o utilizador tem como opções de investigação:

- Pesquisa Livre: busca por termos presentes em campos-texto dos registos, associando-os ou não aos respectivos níveis de descrição e à data. Recupera arquivos digitais já associados aos registos, não submetidos ao reconhecimento de caracteres óticos (*OCR - Optical Character Recognition*);
- Pesquisa Avançada: busca informações por campos específicos, no qual se opta por até quatro elementos combinados. Recupera arquivos digitais já associados aos registos, não submetidos ao reconhecimento de caracteres óticos (*OCR - Optical Character Recognition*);
- Pesquisa Multinível: navega pela hierarquia dos níveis de descrição dos fundos e coleções conforme a estrutura de organização dos mesmos.
- Pesquisa Digital: busca informações no conteúdo dos documentos digitalizados, associados a um dos níveis de descrição, possibilitando o acesso à representação digital dos mesmos (leitura, visualização e/ou audição). Não recupera textos manuscritos. Exclusiva para documentos em PDF, sobre os quais foi aplicado o recurso de reconhecimento de caracteres óticos (*OCR - Optical Character Recognition*);
- Instrumentos de pesquisa: possibilita identificar a relação entre fundos e coleções e respectivos instrumentos de pesquisa, independentemente da sua atualidade ou obsolescência. Em alguns casos, permite a leitura na íntegra do instrumento referenciado.
- Notação anterior: busca registos de documentos pela notação anterior. (ARQUIVO NACIONAL, 2018, não paginado).

## 2.2 OUTRAS BASES DE DADOS DO ARQUIVO NACIONAL

De acordo com o Arquivo Nacional (2020), a instituição possui outras bases de dados para consulta, além da principal base de dados, SIAN, disponíveis para consulta em sua página<sup>1</sup>:

- Base de dados Acervo Judiciário do Arquivo Nacional.

Alguns dos acervos mais investigados da instituição estão nesta base de dados, que reúne documentos judiciais de vários órgãos do Poder Judiciário brasileiro. Dentre os documentos disponíveis estão habilitações de casamento, registros de nascimento, casamento e óbito, antigas coleções do Arquivo, tais como, Inventários, Terras, Escravos, além de processos das varas cíveis e comerciais do Rio de Janeiro e Tribunais Superiores.

- Base de dados Entrada de Estrangeiros no Brasil - Porto do Rio de Janeiro

Esta importante base de dados iniciado em 2008 com o projeto "Entrada de Estrangeiros no Brasil: As relações de passageiros desembarcados no porto do Rio de Janeiro" vem recuperar a história dos grupos migratórios que participaram na formação da sociedade brasileira contemporânea, por meio da disponibilização de informações de mais de duzentos mil imigrantes do período de 1875 a 1910.

- Base de dados Família Ferrez

Esta base inclui o arquivo de Gilberto Ferrez, importante historiador brasileiro, de seu pai, tio e avô, respectivamente, Júlio, Luciano e Marc Ferrez, além do arquivo da firma comercial que possuíam - Marc Ferrez & Filhos. Mark Ferrez foi um fotógrafo franco-brasileiro de grande notoriedade, que retratou períodos do Império e do início da República no país. O acervo do Arquivo Nacional possui cerca de 40 mil itens acumulados e preservados ao longo de mais de 150 anos.

- Base de dados Guia de Fontes para a história da Holanda e holandeses no Brasil.

Projeto cooperativo multi-institucional com base no software ICA-AtoM, trata-se de um guia de fontes para a história da Holanda e dos holandeses no Brasil. É uma das atividades no contexto do Common Cultural Heritage Programme (Programa de Patrimônio Cultural Comum) desenvolvido por arquivos brasileiros em conjunto com países como Rússia, África do Sul, Estados Unidos, Bélgica, Gana, Índia, entre outros que compartilhem histórias e cultura com os Países Baixos.

- Base de dados Movimentação de Portugueses no Brasil (1808 - 1842).

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/consulta-ao-acervo/bases-de-dados>. Acesso em: 29 out. 2020.

Esta base possui 64.194 registros com informações dos portugueses no Brasil neste período como idade, estado civil, morada, profissão, acompanhantes, características físicas, e destinos. Realizado com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Investigação do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

- Base de dados Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro.

As fichas produzidas na década de 1970 pela antiga Seção do Poder Judiciário do Arquivo Nacional podem ser encontradas nesta base de dados, com exceção dos 6.º, 9.º, 13.º e 17.º Ofícios de Notas do Rio de Janeiro, que não foram recolhidos pela instituição.

- Base de dados Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (MJNI)

Esta base de dados recupera processos recolhidos pelo MJNI, atualmente denominado de Serviço de Comunicações (SECOM).

- Memórias Reveladas

Custodiado por diversas entidades brasileiras, a base reúne o acervo constituído por cartas, processos, mapas, desenhos, fotografias, folhetos e panfletos do período entre 1964 e 1985, conhecido pela repressão política do regime militar no país.

- Biblioteca Maria Beatriz Nascimento

O decreto 6164, de 24 de março de 1876, continha em anexo um regulamento do Arquivo do Império instituindo a biblioteca do Arquivo Nacional. "Haverá no Archivo Publico uma Bibliotheca, a qual, além da collecção impressa da legislação pátria, conterà obras sobre direito publico, administração, historia e geographia do Brazil" (ARQUIVO NACIONAL, 2020, não paginado).

## 2.3 SÍTIOS ELETRÔNICOS PARA INVESTIGAÇÃO

Dentro do objetivo de complementar o atendimento e auxiliar os utilizadores na investigação, o Arquivo Nacional (2020) também apresenta sob sua responsabilidade outros sítios:

- Programa de Pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira – MAPA<sup>2</sup>.

Além do módulo de investigação no SIAN, o projeto possui um sítio eletrônico com informações referentes à história da administração pública do Brasil desde o período colonial, a dinâmica administrativa e suas constantes transformações. Além da página, o MAPA produz livros, publicações virtuais e o **Dicionário da Administração Pública Online**, sempre na procura de suprir

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/>. Acesso em: 29 out. 2020.

a necessidade de estudos sobre a história do Estado nacional e a evolução de suas políticas públicas.

- Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira<sup>3</sup>.

Nesta página, o investigador pode conhecer o acervo do Arquivo Nacional sobre a História Luso-Brasileira, dos séculos XVI a XIX. O sítio é parte de um amplo programa que há mais de uma década promove exposições, livros, seminários, entre outros produtos.

- Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República<sup>4</sup>.

Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República (CIAPR) é um sistema de informação com acervos documentais dos presidentes da República, de natureza arquivística, bibliográfica e museológica. Abrange documentos produzidos e acumulados antes, durante e depois do mandato presidencial e custodiados por instituições públicas, entidades privadas, particulares ou pelo próprio titular.

- Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História Luso-Brasileira<sup>5</sup>.

Acervo com 3500 conjuntos documentais referentes à história luso-brasileira entre os séculos XVI e XIX. Indexados por temas, lugares e nomes de instituições ou indivíduos.

- Retratos Modernos<sup>6</sup>.

Página criada como resultado da publicação Retratos Modernos, lançada pelo Arquivo Nacional em 2005. Possui imagens de membros da classe senhorial, escravos ou libertos e “anônimos” que se fizeram retratar em ateliês, vistas ou paisagens do Rio de Janeiro e de algumas outras cidades da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. As imagens são de estúdios brasileiros e estrangeiros e marcam a introdução e a divulgação da fotografia brasileira.

- Que República é essa? Portal de estudos do Brasil Republicano<sup>7</sup>.

A página possui textos, imagens, vídeos e outros documentos sobre a história republicana brasileira, incluindo um outro olhar sobre eventos muito conhecidos. Trata-se de um projeto da Equipe de Pesquisa do Arquivo Nacional, cujo objetivo é oferecer fontes de investigação *online* confiáveis acerca do período.

- Zappiens<sup>8</sup>.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://historialuso.an.gov.br/>. Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.an.gov.br/crapp\\_site/default.asp](http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp). Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.an.gov.br/anac/index.asp>. Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.an.gov.br/retratosmodernos/>. Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://brasilrepublicano.an.gov.br/>. Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://zappiens.br/portal/instituicao.jsp?idInstituicao=8>. Acesso em: 29 out. 2020.

A página reúne 12354 (doze mil trezentos e cinquenta e quatro) documentos em 875:47 (oitocentas e setenta e cinco horas e quarenta e sete minutos) de arquivos de imagens em movimento da instituição.

- Wikimedia Commons<sup>9</sup>.

Com 10404 (dez mil quatrocentos e quatro) arquivos entre imagens fixas, em movimentos, documentos escritos e cartográficos (Arquivo Nacional (Brasil), 2020).

## 2.4 REDES SOCIAIS

A instituição possui também acesso através das seguintes redes sociais (ARQUIVO NACIONAL, 2020):

- Facebook: <https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/>
- Instagram: <https://www.instagram.com/arquivonacionalbrasil/>
- Twitter: <https://twitter.com/ArquivoBrasil>
- YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UCCb7XUfJLfmtXx5KRKWAwCg/featured>
- Pinterest: <https://br.pinterest.com/arquivonacional/>
- Flickr: <https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/>
- Mixcloud: <https://www.mixcloud.com/ArquivoNacionalBrasil/>
- LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/arquivo-nacional-do-brasil>

## 2.5 EXPOSIÇÕES VIRTUAIS

Com vistas à democratização do acesso à informação pública e à investigação para diferentes campos do conhecimento, o Arquivo Nacional brasileiro inaugurou a página de Exposições virtuais<sup>10</sup>.

A iniciativa de difusão do acervo vem complementar a promoção de exposições presenciais, a partir de 1989, e possuem grande variação de temas e datas, entre o século XVI até os mais recentes entre documentos textuais, audiovisuais, cartográficos, além de obras raras (ARQUIVO NACIONAL, 2020).

---

<sup>9</sup> Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=Category:PD-Arquivo\\_Nacional&fileuntil=Constitui%C3%A7%C3%A3o+1824+f+48.tif%0AConstitui%C3%A7%C3%A3o+1824+f+48.tif#mw-category-media](https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=Category:PD-Arquivo_Nacional&fileuntil=Constitui%C3%A7%C3%A3o+1824+f+48.tif%0AConstitui%C3%A7%C3%A3o+1824+f+48.tif#mw-category-media). Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 29 out. 2020.

De acordo com a página, “as curadorias dessas mostras, exibidas em diversos espaços culturais brasileiros, estabelecem possibilidades interpretativas que transcendem a organização original dos documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2020, não paginado).

Além de remontar virtualmente exposições que aconteceram presencialmente, a página exibe exposições criadas exclusivamente em ambiente digital, ampliando as formas de acesso e interação dos utilizadores com o acervo da instituição.

### 3 OS ARQUIVOS NACIONAIS DA CPLP

A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 com o intuito de reunir os países de língua portuguesa para consolidar as diferentes culturas unidas pela herança histórica e reforçar laços de cooperação e solidariedade entre os povos desses países (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA, 2020).

Entre seus objetivos estão:

- A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- A materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa. (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA, 2020, não paginado).

De acordo com a página, “a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros” que tem autonomia financeira e personalidade jurídica (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA, 2020, não paginado).

São Estados-membros da CPLP: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A língua portuguesa é a quinta mais falada do mundo. Os nove países estão em quatro continentes: Europa, América, África e Ásia, ocupam 10742 000 km<sup>2</sup>, o equivalente a 7,2% do globo terrestre (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA, 2020).

No que tange às iniciativas dos Arquivos Históricos Nacionais dos países que integram a CPLP, o país que mais proporciona interações nos ambientes digitais, além do Brasil, é Portugal.

O Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) é parte da Direcção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas, “serviço central da administração directa do Estado – integrado no Ministério da Cultura – e é um dos arquivos de âmbito nacional da rede portuguesa de arquivos”, e é uma das instituições mais antigas do país (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 2020, não paginado).

A primeira certidão conhecida data de 1378 e até 1755 foi Arquivo do rei, seus vassallos, da administração do reino e possessões ultramarinas, além de outros reinos. Naquele momento, servia como o que hoje conhecemos como arquivo intermédio (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 2020).

Com o passar dos anos, foi ampliando seus serviços até ser denominado Arquivo Nacional ou Real Arquivo da Torre do Tombo, em 1823, e designado Arquivo Geral em 1931. A denominação de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (AN/TT) veio em 1992, depois da união do Arquivo Nacional com o Instituto Português de Arquivos. Em 2012, a instituição passou a fazer parte da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 2020).

A página da instituição permite pesquisa através do Portal de Pesquisa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Nele, estão disponíveis as opções de Pesquisa simples, Pesquisa avançada, Destaques – com os “Tesouros da Torre do Tombo”, Serviços em linha e Ajuda.

Este sistema visa simplificar e permitir ao leitor usufruir à distância, através da Internet, de um conjunto de serviços que neste momento apenas são disponibilizados presencialmente no Arquivo, e.g., consultar o catálogo da instituição, visualizar documentos digitalizados, solicitar reproduções digitais, reservar documentos para leitura presencial, solicitar certificados, obter informações, etc. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 2020, não paginado).

A instituição tem disponível uma sala de referência e leitura virtual, dá acesso a documentos por meio da página de Genealogia e tem uma página de exposições virtuais. Além dos catálogos dos seus fundos e coleções e, ainda, uma loja virtual.

Os demais países-membros possuem páginas pequenas, quando as tem, com pouca ou nenhuma interação entre usuário e instituição. O Arquivo Nacional de Cabo Verde<sup>11</sup> possui um sítio com informações sobre serviços, estrutura e publicações, sem acesso aos documentos; os Arquivos Históricos Nacionais da República da Guiné-Bissau (CASA COMUM, 2020a) são parte do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa e tem uma página<sup>12</sup> na qual se tem acesso aos catálogos dos fundos, documentos digitalizados e informações de projetos e parcerias; o Arquivo Histórico de Moçambique tem uma página dentro do sítio da Universidade Eduardo Mondlane com informações sobre o histórico, estrutura e serviços disponíveis (UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE, 2020), além de uma página no Facebook (ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE, 2020); o Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe tem em sua página as iniciativas, publicações e

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.arquivonacional.cv/>. Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>12</sup> Disponível em: [http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_7284](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7284). Acesso em: 29 out. 2020.

projetos e um arquivo digital (ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, 2020a) , com acesso a parte do seu acervo, página no Facebook (ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, 2020b), além da página no sítio Casa Comum (2020b) que reúne os documentos digitalizados e o Arquivo Nacional do Timor Leste tem página no Facebook (ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE, 2020). O Arquivo Nacional de Angola não tem página na internet e Guiné Equatorial não tem um Arquivo Nacional como instituição.

#### 4 CONCLUSÕES

As novas tecnologias digitais alteraram a maneira na qual os arquivos desenvolvem seu papel como instituição de memória e preservação. As novas mídias promovem a convergência de vários campos. Arquivistas - mas não só eles, historiadores, editores históricos, artistas, entre outros -enfrentam demandas crescentes para colocar seus recursos analógicos disponíveis *online*, para gerenciar e preservar materiais nato-digitais e incorporar tecnologias de redes sociais em seus serviços. Os profissionais dessas áreas também precisam necessariamente integrar novas mídias e tecnologia avançada ao seu trabalho diário (HIRSCH, 2012).

Faz-se necessário o constante treinamento dos investigadores e o desenvolvimento de materiais e recursos *online*. Os profissionais tem enfrentado a necessidade de fornecer melhores metadados e materiais para que seus utilizadores possam acessar e entender coleções digitais. Com isso, enfrentam os desafios de dominar novas mídias, trabalhar de forma colaborativa e eficaz com a equipe de tecnologia da informação, mas sem permitir que esses serviços direcionem seus programas, e garantir a preservação em longo prazo de materiais nato-digitais (HIRSCH, 2012).

O Arquivo Nacional, focado no estabelecimento de uma rotina de acesso bem-sucedido pelos utilizadores, vem desenvolvendo e aperfeiçoando seus diversos sistemas de informação com a identificação de suas necessidades e atendimento de suas demandas. Preocupa-se em assegurar a otimizar o acesso à informação pública com a coerência com a legislação arquivística vigente, e vem estabelecendo grandes avanços no tratamento de seus fundos documentais, tanto em suporte físico quanto em meio digital, garantindo sua segurança e preservação, e o acesso pelos cidadãos e a administração pública nas diferentes esferas de governo.

A instituição percebeu a mudança cultural na sociedade, na qual os utilizadores esperam seu desenvolvimento intelectual e prático de forma integrada com as novas mídias. A promoção do acervo se dá independente do formato e do suporte, através de páginas que os destacam e redes sociais com difusão de imagens fixas, imagens em movimento, sonoros, musicais, documentos

escritos e cartográficos. Além disso, a instituição permite a consulta e acesso remoto aos documentos, por meio dos bancos de dados e produz exposições em ambiente virtual.

Deste modo, o Arquivo Nacional do Brasil desenvolve diversos serviços e produtos aliados às novas tecnologias e ao seu sítio eletrônico e destaca-se diante dos demais Arquivos Nacionais dos países integrantes da CPLP, o que pode torná-lo referência para os arquivos de língua portuguesa.

## REFERÊNCIAS

ALONSO-ARÉVALO, Julio; VÁSQUEZ, Marta Vásquez. Papel de la biblioteca y del bibliotecario en las Humanidades Digitales. **DesiderataLAB**, 2016. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/32653/>. Acesso em: 29 out. 2020.

ALVES, Daniel. As humanidades digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: Dos exemplos internacionais ao caso português. **Ler História**, n. 69, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2496>. Acesso em: 09 out. 2020.

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. **Página de Facebook**. 2020a. Disponível em: <https://www.facebook.com/ArquivoMoz/>. Acesso em: jan. 2020.

ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **Arquivo histórico**. 2020a. Disponível em: <http://ahstp.org/>. Acesso em: jan. 2020.

ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **Página de Facebook**. 2020b. Disponível em: <https://www.facebook.com/Arquivo-Historico-de-STomé-e-Principe-284343285068634/>. Acesso em: 29 out. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. **Histórico**. 2020. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/institucional/historico>. Acesso em: jan. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. **Sistema de Informação do Arquivo Nacional - SIAN**. 2018. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/institucional/historico>. Acesso em: out. 2020.

ARQUIVO NACIONAL DO TIMOR LESTE. **Página do Facebook**. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/ArquivoNacionalTL>. Acesso em: 29 out. 2020.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. 2020. Disponível em: <http://antt.dglab.gov.pt/>. Acesso em: jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 12,527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, nov. 2011. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 29 out. 2020.

CANAL SAÚDE: construindo cidadania. **Arquivo Nacional**. set. 2017. Disponível em: <https://www.canalsaude.fiocruz.br/canal/videoAberto/arquivo-nacional-UND-0775>. Acesso em: 29 out. 2020.

CASA COMUM. **Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe**. 2020b. Disponível em: [http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_7488#!e\\_7488](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7488#!e_7488). Acesso em: 29 out. 2020.

CASA COMUM. **Arquivos**: INEP Bissau. 2020a. Disponível em: [http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_7284](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7284). Acesso em: jan. 2020.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **CPLP**. 2020. Disponível em: <https://www.cplp.org/>. Acesso em: jan. 2020.

GUERREIRO, Dália Maria. BORBINHA, José Luís. Humanidades Digitais: novos desafios e oportunidades. **Cadernos BAD**: Revista da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1060/pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

HIRSCH, Brett D. (ed.). **Digital Humanities Pedagogy**: practices, principles and politics. 2012. Disponível em: <https://www.openbookpublishers.com/product/161>. Acesso em: 29 out. 2020.

LUCENA, Felipe. História do Arquivo Nacional. **Diário do Rio.com**: o jornal 100% carioca. Maio 2016. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-arquivo-nacional/>. Acesso em: 29 out. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Luís Felipe Rosa de; MARTINS, Dalton Lopes. O estado da arte em pesquisas sobre humanidades digitais no Brasil. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 10, n. 1, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/2635/felipev10n1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **Arquivo histórico de Moçambique**. 2020. Disponível em: <https://www.uem.mz/index.php/sobre-a-uem/unidades-organicas/especiais/arquivo-historico-de-mocambique>. Acesso em: jan. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

## NOTAS DE AUTORIA

**Mariane Costa Pinto**

Bibliotecária no Arquivo Nacional do Brasil e doutoranda em Ciência da Informação na Universidade de Coimbra, Portugal.

<http://lattes.cnpq.br/8411586071712823>